



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Política de Investimento

2020

Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo

Instituto Municipal de Previdência
APROVADO
Data 20 / 11 / 19

Helio Escudero
Presidente do Conselho Administrativo



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

1 Introdução

O Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo, IMP, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei 4648/2016 e a Resolução CMN nº 3.992/2010 e posteriores alterações, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. A presente Política de Investimentos (P.I.) foi discutida e aprovada pelo Comitê de Investimento do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo na reunião ordinária, que ocorreu em 12/11/2019

2 Definições

Ente Federativo: Município de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo

Unidade Gestora: Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo

CNPJ: 00.526.975/0001-58

Meta de Retorno Esperada: INPC + 5,89% a.a.

Categoria do Investidor: Geral

3 Gestão Previdenciária

Com as responsabilidades bem definidas, compete ao Comitê de Investimentos, a elaboração da Política de Investimento (P.I.), que deve submetê-la para aprovação ao Conselho de Administração, o agente superior nas definições das políticas e das estratégias gerais da Instituição.

Ainda de acordo com os normativos, esta P.I. estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste RPPS, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

4 Comitê de Investimentos

De acordo com a Portaria MPS nº 440/13 e a Lei Municipal 4648/2019, o Comitê de Investimento do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo, é formado por membros indicados pelo Conselho Administrativo, possuindo caráter consultivo. O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que o mesmo seja responsável por zelar pela implementação desta Política de Investimento e realizar recomendações junto à Diretoria Executiva e ao Conselho Administrativo. Neste colegiado, podem ainda participar especialistas externos para auxiliar em decisões mais complexas ou de volumes mais representativos.

O comitê de investimento é formado por 5 membros. Todos os membros do comitê são certificados conforme disposto a seguir:

Certificação Profissional	Membros Certificados	Data de Vencimento da Certificação
ANBIMA: CPA – 10	Anderson Luis Fonseca Pirola	11/05/2021
ANBIMA: CPA – 10	Cintia Ribeiro da Silva	03/10/2022
ANBIMA: CPA – 10	Eduardo de Paula Marin	09/06/2020
ANBIMA: CPA – 10	Fabiano Boaro de Sousa	09/03/2021
ANBIMA: CPA – 10	Marlon Callegari da Silva	09/05/2022

O Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo, deve sempre atentar para a data de vencimento das certificações acima, pois se não houver a maioria do Comitê de Investimentos certificada, perderá, no dia seguinte, o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

5 Consultoria de Investimentos

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar o RPPS de São José do Rio Pardo no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado e do enquadramento das aplicações dos recursos, de acordo com o Art. 18 da Resolução CMN nº 3.922 e alterações. Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários e seguir o determinado nos incisos I, II e III do respectivo artigo.

Consultoria financeira contratada pelo RPPS de São José do Rio Pardo: LDB Consultoria Financeira LTDA - EPP, CNPJ nº. 26.341.935/0001-25 – Responsável credenciado na CVM: Ronaldo de Oliveira CPF 271.795.418-00.

6 Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta P.I. buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do RPPS de São José do Rio Pardo, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos traçados.

Esta P.I. entrará em vigor em 01 de janeiro de **2020**. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2020.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações e a Portaria MPS nº 519/11 e alterações que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e a meta de rentabilidade.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apreçamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações.

Em havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta P.I. e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do RPPS de São José do Rio Pardo, desde que este plano não seja contrário a estrutura legal constituído.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, o Instituto deverá comunicar oficialmente a Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.

7 Modelo de Gestão

A gestão das aplicações dos recursos de acordo com o Artigo 15, §1º, Inciso I da Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações, será própria, ou seja, o RPPS de São José do Rio Pardo realizará diretamente as suas possibilidades ao mesmo tempo quanto a execução da P.I. de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos e respeitados os parâmetros da legislação e definidos nesta P.I.

8 Segregação de Massa

O RPPS de São José do Rio Pardo não possui segregação de massa do seu plano de benefícios.

9 Meta de Retorno Esperado

Para o exercício de **2020** o RPPS de São José do Rio Pardo prevê que o seu retorno esperado será no mínimo o Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC, acrescido de uma taxa de juros real de 5,89% ao ano.

A escolha do INPC, justifica-se devido ao mesmo índice de preços que a Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo utiliza para conceder a reposição inflacionária anual do salário dos servidores, como forma de coerência para evitar descasamento entre o crescimento do passivo atuarial e do ativo atuarial.

A escolha da taxa de juros real de 5,89% ao ano justifica-se devido a escolha uma taxa de juros compatível com o crescimento do seu passivo atuarial, desde que essa seja no máximo 5,89% a.a., como forma de coerência para evitar descasamento entre o crescimento do passivo atuarial e do ativo atuarial. Nesse ponto o RPPS deve considerar além do crescimento do passivo atuarial os



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

seguintes pontos: 1- A diminuição da taxa de juros estrutural da economia brasileira, o que, dependendo da taxa escolhida, tornará o atingimento da taxa proposta mais difícil; 2- Quanto menor a taxa de juros escolhida maior será o Passivo Atuarial trazido a valor presente, o que poderá acarretar um aumento do déficit atuarial. 3 – Atendimento a portaria nº. 17 de 20/05/2019.

10 Aderência das Metas de Rentabilidade

As metas de rentabilidade definidas no item anterior estão aderentes ao perfil da carteira de investimento e das obrigações do plano.

Verificamos que o passivo atuarial do RPPS cresceu de 2016 para 2017 e houve uma redução para 2018 com a realização do recadastramento dos funcionários ativos:

2016: R\$.160.387.121,35

2017: R\$.164.593.425,17

2018: R\$.97.168.212,19

Verificamos ainda que a rentabilidade da carteira nos últimos três anos está aderente à meta de rentabilidade escolhida, conforme o histórico abaixo:

2016: Rentabilidade 16,56%

Meta Atuarial 12,97%

2017: Rentabilidade 12,06%

Meta Atuarial 8,19%

2018: Rentabilidade 9,12%

Meta Atuarial 9,64%

Média dos últimos três anos:

Rentabilidade 12,58%

Meta Atuarial 10,27%

11 Carteira Atual

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data 31/10/2019.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL (Resolução CMN N° 3.922/10)	CARTEIRA
Renda Fixa	100%	97,84 %
Renda Variável e Investimentos Estruturados	40%	2,16 %

12 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do RPPS de São José do Rio Pardo e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.

O grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

- ✓ A alocação dos recursos nos diversos segmentos;
- ✓ Os limites máximos de aplicação em cada segmento e prazos de vencimentos dos investimentos; e
- ✓ A escolha por ativos que possuem ou não amortizações ou pagamento de juros periódicos, dentre outros.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA
São José do Rio Pardo / SP

DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2020

ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO							
SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	LIMITE INFERIOR (%)	ESTRATÉGIA ALVO (%)	POSIÇÃO ATUAL	LIMITE SUPERIOR (%)	NOVOS LIMITES DA RESOLUÇÃO CMN %	Nova Classificação
Renda Fixa - Artigo 7º, I, "a"	Títulos Tesouro Nacional					100,00	Títulos Públicos de emissão do TN (SELIC)
Renda Fixa - Artigo 7º, I, "b" e "c"	FI 100% títulos TN	50,00	50,00	74,95	80,00	100,00	Fundos referenciados 100% Títulos Públicos; Fundos de índices carteira 100% Títulos Públicos
Renda Fixa - Artigo 7º, II	Operações Compromissadas com Títulos do TN					5,00	Operações compromissadas
Renda Fixa - Artigo 7º, III, "a"	FI Renda Fixa/Referenciados RF					60,00	Fundos referenciados em indicadores RF*
Renda Fixa - Artigo 7º, III, "b"	FI de Índices Referenciados em RF Subíndices Anbima	0,50	0,75	0,00	1,00	60,00	Fundos de índices (ETF) em indicadores títulos públicos
Renda Fixa - Artigo 7º, IV, "a"	FI de Renda Fixa	15,00	35,00	19,73	40,00	40,00	Fundos Renda fixa em geral*
Renda Fixa - Artigo 7º, IV, "b"	FI de Índices Referenciados em Renda Fixa					40,00	Fundos de Índices (ETF) - quaisquer Indicadores
Renda Fixa - Artigo 7º, V, "b"	Letras Imobiliárias Garantidas					20,00	Letra Imobiliária Garantida
Renda Fixa - Artigo 7º, VI, "b"	Poupança					15,00	Poupança
Renda Fixa - Artigo 7º, VII, "a"	FI em Direitos Creditórios - Aberto - Cota Sênior	1,00	1,25	0,00	2,25	5,00	FIDCs - Cota Sênior**
Renda Fixa - Artigo 7º, VII, "a"	FI em Direitos Creditórios - Aberto - Cota Subordinada					5,00	
Renda Fixa - Artigo 7º, VII, "a"	FI em Direitos Creditórios - Fechado - Cota Sênior					5,00	
Renda Fixa - Artigo 7º, VII, "a"	FI em Direitos Creditórios - Fechado - Cota Subordinada					5,00	
Renda Fixa - Artigo 7º, VII, "b"	FI Renda Fixa "Crédito Privado"	2,00	5,00	3,16	5,00	5,00	Fundos Renda fixa - Crédito Privado*
Renda Variável - Artigo 8º, I, "a"	FI Ações referenciados	0,50	1,00	0,00	2,50	30,00	Fundo de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações*
Renda Variável - Artigo 8º, I, "b"	FI de Índices Referenciados em Ações	0,25	1,00	0,00	2,50	30,00	ETF (Índices c/ no mínimo 50 ações)
Renda Variável - Artigo 8º, II, "a"	FI em Ações	0,25	5,00	1,45	5,00	20,00	Fundos de Ações em geral* (c/ até 20% ativos exterior)
Renda Variável - Artigo 8º, III	FI Multimercado - Aberto	0,25	1,00	0,71	2,50	10,00	Fundos Multimercado* (c/ até 20% ativos exterior)
Renda Variável - Artigo 8º, IV, "a"	FI em Participações - Fechado					5,00	FIPs (que atendam requisitos governança)*: ***
Renda Variável - Artigo 8º, IV, "b"	FI Imobiliários					5,00	FII presença 60% pregões 12 meses anteriores*: ****



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

13 Cenário

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer. O cenário utilizado corresponde ao Boletim Focus 01/11/2019 que representa a média das expectativas dos principais agentes de mercado.

Mediana Agregado	2019				2020				2021				2022											
	H3 4	H3 1	Hoje	Comp. Semanal*	Resp.**	H3 4	H3 1	Hoje	Comp. Semanal*	Resp.**	H3 4	H3 1	Hoje	Comp. Semanal*	Resp.**	H3 4	H3 1	Hoje	Comp. Semanal*	Resp.**				
IPCA (%)	3,42	3,29	3,25	==	(1)	125	3,78	3,60	3,60	==	(1)	121	3,75	3,75	3,75	==	(47)	103	3,50	3,50	==	(14)	93	
IPCA (atualizações últimos 5 dias úteis, %)	3,40	3,29	3,28	▼	(1)	43	3,70	3,59	3,52	▼	(2)	41	3,75	3,75	3,75	==	(42)	32	3,50	3,50	3,50	==	(14)	28
PIB (% de crescimento)	0,87	0,91	0,92	▲	(3)	75	2,00	2,00	2,00	==	(7)	75	2,50	2,20	2,50	==	(138)	56	2,50	2,50	2,50	==	(88)	52
Taxa de Câmbio - fim de período (R\$/US\$)	4,00	4,00	4,00	==	(5)	107	3,95	4,00	4,00	==	(2)	100	3,92	3,96	3,95	==	(3)	80	4,00	4,00	4,00	==	(5)	74
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	4,75	4,50	4,50	==	(2)	113	5,00	4,50	4,50	==	(1)	111	5,00	6,00	6,00	▼	(2)	80	7,00	6,50	6,50	==	(1)	80
IGPM (%)	5,18	5,51	5,53	▲	(4)	69	4,02	4,07	4,07	==	(1)	67	4,06	4,06	4,06	==	(120)	47	3,75	3,75	3,78	▲	(1)	42
Preços Administrados (%)	4,32	4,50	4,69	▲	(3)	32	4,10	4,10	4,30	==	(1)	32	4,00	4,00	4,00	==	(118)	27	3,75	3,75	3,75	==	(30)	24
Produção Industrial (% de crescimento)	-0,65	-0,73	-0,73	==	(1)	17	2,29	2,10	2,06	▼	(2)	14	2,50	2,50	2,50	==	(7)	63	2,50	2,50	2,50	==	(7)	13
Conta Corrente (US\$ bilhões)	26,50	33,16	34,40	▼	(8)	29	33,00	38,00	38,00	==	(1)	29	34,25	42,50	42,50	==	(1)	19	42,10	43,00	43,00	==	(1)	18
Balança Comercial (US\$ bilhões)	50,55	47,50	47,50	==	(1)	28	47,50	48,00	48,00	==	(1)	27	46,37	48,40	48,40	==	(1)	19	49,47	45,00	45,00	==	(1)	17
Investimento Direto no País (US\$ bilhões)	83,00	80,35	80,00	▼	(1)	28	84,00	80,00	80,00	==	(2)	27	81,70	83,20	83,20	==	(1)	20	86,00	81,40	81,40	==	(1)	18
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	58,10	56,30	56,30	▼	(1)	22	58,30	58,00	58,35	▲	(1)	22	59,00	60,80	61,00	▲	(2)	19	60,00	61,10	61,55	▲	(2)	18
Resultado Primário (% do PIB)	-1,40	-1,34	-1,34	==	(1)	24	-1,16	-1,05	-1,00	▲	(1)	25	-0,60	-0,55	-0,50	▲	(2)	21	0,00	0,10	0,05	▼	(1)	20
Resultado Nominal (% do PIB)	-4,30	-4,30	-4,30	==	(2)	20	-5,90	-5,80	-5,80	==	(1)	20	-6,60	-6,40	-6,40	==	(1)	15	-5,50	-5,35	-5,35	==	(1)	14

Nesse cenário exposto acima, o RPPS de São José do Rio Pardo está com a sua carteira de investimentos aderente aos indicadores, podendo assim capitalizar a rentabilidade dos seus principais fatores de riscos investidos e se manter aderente também a meta de rentabilidade proposta.

14 Alocação Objetivo

A tabela a seguir apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração deste documento, conforme já descrito no item 13.

15 Apreçamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, nos quais o RPPS de São José do Rio Pardo aplica seus recursos devem ser marcados a valor de mercado



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

(exceto os ativos pertencentes às carteiras dos Fundos regidos pela portaria MPS nº 65 de 26/02/2014), de acordo com os critérios recomendados pela CVM, pela ANBIMA e definidos na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pelo RPPS são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

É recomendado que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

No caso da aquisição direta de títulos públicos federais é de fundamental importância que no ato da compra sejam observadas as taxas indicativas e respectivos Preços Unitários (PUs) divulgados diariamente pela ANBIMA e, ainda, que além de efetuar a compra em plataformas eletrônicas e, conseqüentemente, custodiar os mesmos através do CNPJ do RPPS no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), não esquecer de fazer, no dia da compra, a escolha do critério contábil que o título será registrado até o seu vencimento: ou será marcado a mercado, ou será marcado na curva, pela sua taxa de aquisição.

16 Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

16.1 Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo do *VaR* (*Value a Risk*) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

16.1.1 VaR

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do VaR por cota, com o objetivo do RPPS controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.

O controle de riscos (VaR) será feito de acordo com os seguintes limites:

MANDATO	LIMITE
Renda Fixa	5 %
Renda Variável	20 %

16.2 Risco de Crédito

16.2.1 Abordagem Qualitativa

O RPPS de São José do Rio Pardo utilizará para essa avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSOR	RATING EMISSÃO
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC (Cotas Sêniores)		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

No ato do Credenciamento de cada um dos gestores dos fundos de investimentos, também será verificado o *rating* de Gestão de cada um deles.

16.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

- A. Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo);**
- B. Possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).**

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

A. Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

B. Redução de demanda de mercado (Ativo)

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*.

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir.

AGÊNCIA	FIDC	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
PRAZO	-	Longo prazo	Longo prazo
Standard & Poors	brA-	brA-	brA-
Moody's	A3.br	A3.br	A3.br
Fitch Ratings	A-(bra)	A-(bra)	A-(bra)
SR Ratings	brA	brA	brA
Austin Rating	brAA	brAA	brAA
LF Rating	brAA	brAA	brAA

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento, desde que observadas as seguintes condições:

- ✓ Os títulos que não possuem *rating* pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria grau especulativo;
- ✓ Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- ✓ No caso de ativos de crédito que possuam garantia do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, será considerada como classificação de risco de crédito a classificação dos ativos semelhantes emitidos pelo Tesouro Nacional, desde que respeitados os devidos limites legais;
- ✓ O enquadramento dos ativos de crédito será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	70%
De 31 dias a 365 dias	0%
Acima de 365 dias	0%

16.4 Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- ✓ A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- ✓ O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- ✓ Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- ✓ Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.

16.5 Risco de Terceirização



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Na administração dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus gestores externos, conforme definições na Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. No Credenciamento, o procedimento de seleção de gestores pelo RPPS deve conter histórico, justificativas, documentação relacionada, entre outros.

16.6 Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades de investimentos, será feito por meio:

- ✓ Da realização de relatórios de *compliance* que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade trimestral e analisados pelos Conselhos do RPPS de São José do Rio Pardo;
- ✓ Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

16.7 Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

16.8 Risco de Desenquadramento Passivo – Contingência

O RPPS de São José do Rio Pardo adotará Plano de Contingência constituindo reserva financeira com aplicações de baixo grau de volatilidade, reservadas as condições temporais por ausências de entradas de recursos (contribuições previdenciárias) para custeios das folhas de pagamentos dos segurados. A medida estabelece manter reserva financeira de aproximadamente o custeio total de 3 folhas de pagamentos na entidade onde se opera o fluxo de pagamento.

17 Considerações Finais

Este documento será disponibilizado no site oficial do RPPS de São José do Rio Pardo e afixação no mural de publicações a todos os servidores, participantes e interessados e os casos omissos deverão ser dirimidos pelo Conselho de Administração.


São José do Rio Pardo, 12 de novembro de 2019.


Fabiano Boaro de Sousa
Diretor Executivo

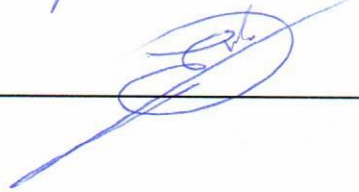



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Membros do Comitê de Investimento

ANBIMA: CPA – 10 Anderson Luis Fonseca Pirola: 

ANBIMA: CPA – 10 Cintia Ribeiro da Silva 

ANBIMA: CPA – 10 Eduardo de Paula Marin: 

ANBIMA: CPA – 10 Marlon Callegari da Silva: 

Instituto Municipal de Previdência
APROVADO
Data 20 / 11 / 19

Hélio Escudero
Presidente do Conselho Administrativo